

# **A DIVISÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS TEORIAS DE KARL MARX E EMILE DÜRKHEIM**

Profa. Érika de Cássia Oliveira Caetano\*

## **1 - ÉMILE DÜRKHEIM: “A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO”**

Assim como Auguste Comte, Karl Marx e Max Weber, Dürkheim também procura com seus métodos de análise e objeto de estudo, explicações para as modificações estruturais ocorridas com o advento da sociedade moderna. O triunfo da indústria Capitalista promoveu uma transformação radical em sua estrutura sócio-econômica, dando um novo rumo à sociedade emergente. É nesta perspectiva que a sociedade moderna Capitalista será colocada no plano de análise deste sociólogo.

Foi com Émile Durkheim (1851-1917), que a Sociologia passou a ser considerada uma ciência, estabelecendo-lhe uma base empírica, com métodos próprios de investigação e demonstrando que seu objeto de estudo, os fatos sociais, teriam características próprias, que os distinguiriam dos estudados pelas demais ciências.

É importante retomarmos aqui a proposta metodológica deste teórico, para compreendermos a função prática do seu conceito de divisão social do trabalho.

Durkheim considera que a sociedade precisaria ser estudada como um fenômeno *sui generis*; como uma unidade ou sistema organizado de relações permanentes e mais ou menos definido, com leis naturais de desenvolvimento que são baseadas na articulação de suas partes.

Portanto, os “fenômenos sociais têm origem na coletividade não em cada um dos seus participantes” (QUINTANEIRO, 69:2002). Esclarece ainda que os fatos individuais são refletidos na consciência individual e nas representações físicas e, no caso das representações coletivas, estas expressam a vida mental do grupo social.

É por isso que para Durkheim a sociedade é semelhante a um corpo vivo, em cada órgão cumpre uma função, ou seja, as partes (os fatos sociais) existem em função do todo (a sociedade).

---

\* Professora de Sociologia e Ciências Sociais e as Organizações da PUC Minas e Faculdade de Administração de Curvelo, Mestranda em Ciências Sociais - Gestão das Cidades pela PUC Minas.

Ao comparar a sociedade a um organismo vivo, Durkheim identifica dois estados em que esta pode se encontrar: o estado normal que designa os fenômenos que ocorrem com regularidade na sociedade e o patológico, comportamentos que representam doenças e devem ser isolados e tratados porque põem em risco a harmonia e o consenso, estando fora dos limites permitidos pela ordem social e pela moral vigente.

Para Durkheim, a sociedade moderna se encontra em um estado doentio, porque deixou de exercer o papel de freio moral sobre os indivíduos. Como Durkheim demonstra no prefácio à segunda edição de sua obra “Da divisão do trabalho social”:

É a esse estado de anomia que devem ser atribuídos, como mostraremos, os conflitos incessantemente renascentes e as desordens de todo tipo de que o mundo econômico nos dá o triste espetáculo. Porque, como nada contém as forças em presença e não lhes atribui limites que sejam obrigados a respeitar elas tendem a se desenvolver sem termos e acabem se entrecrocando, para se reprimirem e se reduzirem mutuamente.(...) As paixões humanas só se detêm diante de uma força moral que elas respeitam. Se qualquer autoridade desse gênero inexistente, é a lei do mais forte que reina e, latente ou agudo, o estado de guerra é necessariamente crônico. (DURKHEIM, VII: 2004)

Durkheim considera que os conflitos e as desordens da sociedade moderna são sintomas deste estado de anomia e ainda que, a Religião, o Estado e a família têm sido pouco eficazes no controle moral desta sociedade.

Para este teórico, o mecanismo que oferece a coesão para a sociedade seria a solidariedade social. Nesta perspectiva, cabe-nos demonstrar que a solidariedade social se expressa, segundo sua teoria, por uma maior ou menor divisão do trabalho, somando ainda à consciência que poderá ser individual ou coletiva.

A divisão do trabalho e a forma de consciência que se expressa em cada sociedade, levaram Durkheim a demonstrar que os fatos sociais têm existência própria, externa aos indivíduos e que no interior de qualquer grupo ou sociedade existem formas padronizadas de conduta e pensamento baseadas na soma destas categorias. Esta soma, por sua vez, formam os dois tipos de solidariedade: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica.

Em sua obra, Durkheim demonstra que a sociedade modela o comportamento social do homem no processo da evolução social, passando de uma solidariedade mecânica, para uma solidariedade orgânica.

A solidariedade mecânica é mais simples e se forma pela igualdade: os indivíduos vivem em comum porque partilham de uma consciência coletiva comum. A consciência coletiva é “um conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma

mesma sociedade [que] forma um sistema determinado que tem vida própria” (DURKHEIM, 50:2004).

Este tipo de solidariedade predominava nas sociedades pré-capitalistas, onde os indivíduos permanecem em geral independentes e autônomos em relação à divisão do trabalho social. Neste caso, os indivíduos que executam as mesmas tarefas reconhecem que têm pelo menos parte da personalidade em comum, e se unem em torno dela. Nas sociedades de solidariedade mecânica, existe total predomínio do grupo sobre os indivíduos que se identificavam através da família, da religião, da tradição e dos costumes.

De acordo com SELL:

(...) Durkheim observou que a estrutura das sociedades tradicionais era caracterizada por uma repetição de seguimentos similares e homogêneos, que não tinham nenhuma relação entre si. Uma sociedade segmentada é aquela onde os grupos sociais (como aldeias, por exemplo) vivem isolados, com um sistema social que tem vida própria. o segmento basta-se a si mesmo e tem pouca comunicação com o mundo exterior. (73:2002)

Devemos destacar ainda que, segundo Durkheim, a solidariedade permite a integração geral da sociedade, porque tem natureza moral. Embora algumas formas de solidariedade manifestam-se nos costumes, como é o caso da solidariedade mecânica, ela se materializa do Direito. Nas sociedades de solidariedade mecânica, o direito é repressivo, apresentando uma punição por meio dos costumes, já que o crime representa uma ruptura com os elos de solidariedade. O criminoso no caso, age contra a sociedade e sua punição é proporcional ao delito.

A evolução da sociedade, promove uma diferenciação social, no qual predomina a divisão do trabalho. De acordo com Durkheim, são três os fatores responsáveis pelo crescimento da sociedade: volume, densidade sócia e densidade moral. Raymond Aron (2002), assim define estes conceitos:

Para que o volume, isto é, o aumento do número dos indivíduos, se torne uma causa da diferenciação, é preciso acrescentar a densidade, nos dois sentidos o material e o moral. A densidade material é o número dos indivíduos em relação a uma superfície dada do solo. A densidade moral é a intensidade das comunicações e trocas entre esses indivíduos. Quanto mais intenso o relacionamento entre os indivíduos, maior a densidade. A diferenciação social resulta da combinação dos fenômenos do volume e da densidade material e moral. (p. 472)

Com o crescimento quantitativo (volume) e qualitativo (densidade material e moral) da sociedade, ocorre na sociedade um processo de especialização de funções

denominado por Durkheim de Divisão Social do Trabalho. Nesta nova sociedade o indivíduo é socializado porque, embora tenha uma esfera própria de ação, depende dos demais, e por conseguinte, da sociedade resultante dessa união. Para Durkheim, nesta sociedade predomina a solidariedade orgânica, ou seja, uma sociedade em que os indivíduos estão unidos em virtude da divisão social do trabalho.

Vale ressaltar que a divisão social do trabalho, explicitada pelo teórico, não se refere apenas à especialização de funções econômicas, mas também pelas diferentes esferas sociais que se diferenciam e se especializam cada vez mais como a economia. A política, a educação, o direito e outros. Além disso, a divisão social do trabalho, exerce nos homens a função de freio moral, como veremos a seguir.

A solidariedade orgânica é fruto das diferenças sociais, há que são essas diferenças que unem os indivíduos pela necessidade de troca de serviços e pela sua interdependência. É neste ponto que encontramos a originalidade da obra de Durkheim, que nos apresenta a divisão social do trabalho como um novo mecanismo de integração social.

Vemos, portanto, que a solidariedade orgânica prevalece nas sociedades complexas de tipo capitalistas, onde, através da acelerada divisão social do trabalho, os indivíduos se tornam interdependentes e suas funções são vitais para o funcionamento do sistema social. Neste tipo de solidariedade a consciência coletiva se afrouxa, dando espaço à consciência individual que expressa o que temos de pessoal e distinto. O direito predominante na solidariedade orgânica seria o retributivo, que implica no restabelecimento das relações perturbadas, sob sua forma normal.

Isto nos revela outro aspecto importante da obra de Durkheim: a especialização de funções e o grande desenvolvimento das atividades econômicas levaram a uma acentuação da consciência individual, o que pode ser prejudicial à coesão social. Neste caso, se a diferenciação de atividades que dá origem à solidariedade orgânica for muito forte, a coordenação entre elas não poderá ocorrer de maneira eficaz. Ou seja, a infinidade de ocupações distribuídas entre os homens impedirá que eles percebam a complementariedade entre elas, gerando um forte sentimento de individualismo. A acentuada especialização de atividades faz com que o indivíduo oriente seus atos, segundo suas próprias intenções, deixando de lado os valores coletivos. Desta forma, o individualismo exacerbado, segundo Durkheim, leva a sociedade a um estado de anomia moral, ou seja, à perda de uma moral orientadora e disciplinadora dos comportamentos.

A falta de regulamentação das atividades profissionais também levariam a sociedade a uma “divisão anômica do trabalho”.

De acordo com QUINTANEIRO (2002):

Como o sociólogo francês o percebia, tal estado de anarquia não poderia ser atribuído somente a uma distribuição injusta da riqueza mas, principalmente, à falta de regulamentação das atividades econômicas, cujo desenvolvimento havia sido tão extraordinário nos últimos dois séculos que elas acabaram por deixar de ocupar seu antigo lugar secundário. Ao mesmo tempo, o autor conferiu às anormalidades provocadas por uma divisão anômica do trabalho uma parte da responsabilidade nas desigualdades e nas insatisfações presentes nas sociedades modernas. Mesmo tendo absorvido uma 'enorme quantidade de indivíduos cuja vida se passa quase que inteiramente no meio industrial', tais atividades não exerciam a 'coação, sem a qual não há moral', isto é, não se lhes apresentavam como uma autoridade que lhes impusesse deveres, regras, limites. (p. 89)

Este seria para Durkheim o grande desafio das ciências sociais: preservar a sociedade garantindo assim o seu bom funcionamento. Qual seria portanto, a proposta deste teórico para restaurar a sociedade de seu estado patológico ou anômico? Se as instituições sociais como a Igreja, a família e o Estado são pouco eficazes no controle moral da sociedade, a qual instituição caberia esta função? Qual seria, portanto, a função da divisão social do trabalho neste contexto? Tentaremos, a seguir, responder a tais questões.

Durkheim irá procurar no campo do trabalho, um lugar de construção da solidariedade da moralidade perdidas. Para este sociólogo, a anomia que desestabilizou a sociedade, necessita da criação de uma nova moral, condizente com os valores da sociedade industrial emergente. Esta nova moral estaria intrínseca ao mundo do trabalho que poderia exercer a regulamentação moral nas sociedades. Neste sentido, a profissão assume grande importância, substituindo a família, a religião e o Estado como instituições integradoras.

De acordo com QUINTANEIRO(2002), a saída para a moralização seria criar corporações capazes de cumprir a autoridade moral, estabelecendo regras de conduta sobre os indivíduos, criando entre eles uma forte solidariedade.

Dürkheim (2004:429) afirma:

Mas, se a divisão do trabalho produz a solidariedade, não é apenas porque ela faz de cada indivíduo um 'trocaador', como dizem os economistas; é porque ela cria entre os homens todo um sistema de direitos e deveres que os liam uns aos outros de maneira duradoura. Do mesmo modo que as similitudes sociais dão origem a um direito e a uma moral que as protegem, a divisão do trabalho dá origem a regras que asseguram o concurso pacífico e regular das funções divididas.

A função da divisão social do trabalho, seria produzir a solidariedade, dando sentido às ações dos trabalhadores. Ao restabelecer a solidariedade entre os homens, a divisão

social do trabalho, assumiria seu caráter moral ampliando a harmonia, a integração e a coesão na sociedade moderna.

## **2 - KARL MARX: “A DIVISÃO DO TRABALHO”**

Karl Marx (1818-1883), desenvolveu uma corrente de pensamento considerada a mais revolucionária da teoria social moderna: o materialismo histórico. As idéias desse teórico, destinavam-se a todos os homens pois, denunciavam as contradições básicas da sociedade capitalista, embasadas em um ideal revolucionário e numa proposta de ação política prática.

Foi identificando a forma como os homens produzem seus meios de vida que Marx chegou à conclusão que estes estabelecem relações sociais baseadas nas condições materiais de sua existência. E ainda, que o estudo de qualquer sociedade pressupõe como ponto de partida, as relações sociais que os homens estabelecem entre si para utilizar os meios de produção e transformar a natureza.

É preciso deixar claro que ao produzir as condições materiais de existência, o homem também produz sua consciência, seu modo de pensar e conceber o mundo, suas representações, como também a produção intelectual das leis, da moral da religião de uma sociedade. Quanto a isto, Marx ( 1984:82-83) afirma que:

Na produção social da própria existência os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina a sua consciência.

A sociedade é, portanto, produto da ação recíproca entre os homens.

Para Marx, a lei fundamental de transformação de uma sociedade está vinculada ao desenvolvimento de suas forças produtivas, que em determinado estágio de desenvolvimento, chegam ao seu limite entrando em contradição com as relações de produção que as desenvolveram. É na expansão das forças produtivas que encontraremos as relações de propriedade, a distribuição da renda entre os indivíduos e a formação das classes sociais.

Marx, identifica que pelas classes sociais os homens estabelecem uma relação social de exploração, antagonismos sociais e alienação, sob a forma da apropriação dos meios de produção. A expressão desta contradição entre as forças produtivas e as relações de produção é a luta de classes.

Desta forma, Marx vê as relações sociais na sociedade moderna, como negativas, por serem a principal causa da desigualdade social entre os homens. Para Marx, “*a história de toda sociedade até hoje é a história da luta entre classes*”. Para melhor entendermos este conceito, devemos nos remeter ao seu conceito de divisão do trabalho.

Marx concebe a idéia de que a sociedade está dividida em classes, cada uma com suas regras e condutas apropriadas, mas que estão inseridas em um único sistema que é o Modo de Produção Capitalista. A divisão social do trabalho é para Marx “*a totalidade das formas heterogêneas de trabalho útil, que diferem em ordem, gênero, espécie e variedade*” (O Capital I, Cap.I). É interessante observar que Marx considera a divisão do trabalho não só como um meio para se alcançar a produção de mercadorias, mas considera a divisão de tarefas entre os indivíduos e ainda nas relações de propriedade. Ou seja, a divisão do trabalho e a especialização das atividades em classes, é basicamente a divisão dos meios de produção e da força de trabalho.

No dicionário do Pensamento Marxista de Tom Bottomore (p.112), encontramos a seguinte definição para a divisão do trabalho:

Primeiro, há a divisão social do trabalho, entendida como o sistema complexo de todas formas úteis de trabalho que são levadas a cabo independentemente umas das outras por produtores privados, ou seja, no caso do capitalismo, uma divisão do trabalho que se dá na troca entre capitalistas individuais e independentes que competem uns com os outros. Em segundo lugar a divisão de trabalho entre trabalhadores, cada um dos quais executa uma operação parcial de um conjunto de operações que são todas, executadas simultaneamente e cujo resultado é o produto social do trabalhador coletivo. Esta é uma divisão de trabalho que se dá na produção, entre o capital e o trabalho em seu confronto dentro do processo de produção. Embora esta divisão do trabalho na produção e a divisão de trabalho na troca estejam mutuamente relacionadas, suas origens e seu desenvolvimento são de todo diferentes.

Como vemos, a divisão do trabalho compreende uma esfera técnica e outra esfera social. Cabe-nos agora, observarmos como Marx identifica o papel da divisão do trabalho na sociedade Capitalista Moderna, para tanto, estaremos promovendo uma análise de alguns de seus conceitos básicos.

Como já afirmamos anteriormente para Marx, os homens constroem a si próprios na produção dos seus meios de vida. É desta forma que os homens se organizam socialmente e estabelecem as relações sociais de produção.

As relações sociais de produção, segundo Quintaneiro, referem-se “*as formas estabelecidas de distribuição dos meios de produção e do produto, e o tipo de divisão social do trabalho numa dada sociedade em um período histórico determinado*”. (2002:34). Para Marx, as relações sociais de produção dividem os homens entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Esta formação, característica da sociedade capitalista, expressa as desigualdades nas quais se baseiam as classes sociais.

É importante ressaltar, que para Marx, a divisão social do trabalho sempre existiu em todas as sociedades. Esta divisão é inerente ao trabalho humano e ocorre em relação a tarefas econômicas, políticas e culturais. Desde as sociedades tradicionais a divisão do trabalho correspondia à divisão de papéis por gênero sendo sucedidas mais tarde, pela divisão das atividades como a agricultura, o artesanato e o comércio. A divisão do trabalho surge com o excedente da produção e a apropriação privada das condições de produção. Foi ainda através da Revolução Industrial que intensificou e fragmentou-se as tarefas, aumentando por sua vez, a produtividade.

Braverman (1980), nos adverte que a divisão do trabalho na oficina se difere da divisão do trabalho no interior de uma sociedade:

A divisão do trabalho na sociedade é característica de todas as sociedades conhecidas; a divisão do trabalho na oficina é peculiar da sociedade capitalista. A divisão social do trabalho divide a sociedade ente ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção; a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas neste sentido, e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção. No capitalismo, a divisão social do trabalho é forçada, caótica e anarquicamente pelo mercado, enquanto a divisão do trabalho na oficina é imposta pelo planejamento e controle. Ainda no capitalismo, os produtos da divisão social do trabalho são trocados como mercadorias, enquanto os resultados da operação do trabalhador parcelado não são todos possuídos pelo mesmo capital. Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade.

Desta forma, Braverman, nos mostra que a divisão social do trabalho expressa meios de segmentação da sociedade, enquanto que a divisão do trabalho na produção busca a valorização do capital, por meio da mais-valia, ou seja, o valor excedente produzido pelo



operário e apropriado pela burguesia. A mais-valia promove o aumento da produtividade seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, ou pela mecanização das atividades produtivas. Tanto a divisão social do trabalho, quanto a divisão do trabalho na produção, convergem pra um mesmo ponto: a estrutura que representa o substrato econômico da sociedade, expressa aqui pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção.

A idéia de segmentação da sociedade, reflete uma relação de exploração dos possuidores, a burguesia, em relação aos não-possuidores, o proletariado. De acordo com Marx, esta relação de exploração acontece sob a forma legal da propriedade privada dos meios de produção. Desta forma, o trabalhador se vê obrigado a vender sua força de trabalho ao empresário capitalista, que por sua vez, se apropria do produto do trabalho do proletário. Neste contexto a força de trabalho se torna uma mercadoria, vendida ao empresário capitalista por um salário.

Isto reforça a teoria do economista inglês, Adam Smith, de que o trabalho seria a verdadeira fonte de riqueza da sociedade. Este conceito foi apropriado e ampliado por Marx que demonstra que a força de trabalho significa criação de valor, mas como já afirmamos, este é um valor apropriado pelo capitalista.

A força de trabalho, ao ser negociada como mercadoria, promove a completa separação do trabalhador dos meios de produção, alienando o homem de sua própria essência que é o trabalho. Assim a divisão social do trabalho e a divisão industrial do trabalho, promovem a alienação e destroem as relações entre os homens, uma vez que estes não têm domínio do processo de produção e não se beneficiam do produto de seu trabalho.

É sobre esta base material que se ergue a superestrutura da sociedade moderna, segundo Marx. A superestrutura é formada pela esfera jurídica, política e ideológica da sociedade, que por sua vez representam a forma como os homens estão organizados no processo produtivo. Como afirma Marx: “o Modo de Produção condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”.

Nesse sentido, o Estado surge pra garantir o interesse da classe dominante. Apesar do Estado Liberal difundir a idéia da defesa da igualdade, Marx denuncia no Manifesto do Partido Comunista (1848): “a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado”. Marx ressalta aqui a idéia de que é a burguesia, a classe social que irá controlar o poder político, ideológico e jurídico da sociedade.

O estado de alienação do proletariado, resultado da divisão do trabalho, também se reflete nestas formas de dominação da burguesia. Marx afirma que o Estado é um instrumento criado pela burguesia para garantir seu domínio econômico sobre o proletariado, preservando e protegendo a propriedade privada dos meios de produção. O aparato jurídico, por sua vez, seria o responsável por garantir a igualdade entre os homens, camuflando a divisão da sociedade entre classes sociais distintas e com interesses opostos. A ideologia seria a encarregada de difundir a visão de mundo e os valores burgueses, legitimando e consolidando seu poder. Conforme afirma Marx (1993:72):

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade e é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tomam a classe dominante; portanto as idéias de sua dominação.

É por esta razão que Marx afirma que a superestrutura é condicionada pela infraestrutura da sociedade, ou seja, a sua base econômica determina a sua dimensão política, jurídica e ideológica.

Promover a emancipação da classe operária de seu estado de alienação é a preocupação central de toda a obra de Marx. Isto, no entanto, só seria possível a partir do momento em que o proletariado deixasse de ser “classe em si” e se tornasse uma “classe para si”, construindo a sua consciência de classe. A partir deste momento, o proletariado estaria apto a promover uma revolução social que derrubaria a burguesia, extinguindo as classes sociais, superaria a ordem social capitalista e construiria a sociedade comunista.

Para Marx, a divisão do trabalho se estende para além da produção material e exerce uma função de dominação da classe burguesa sobre a classe proletariada. Esta dominação se expressa nas formas de segmentação da sociedade, seja pela divisão social do trabalho ou pela sua divisão industrial.

### **3 - A DIVISÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS TEORIAS DE KARL MARX E EMILE DÜRKHEIM**

Antes de confrontarmos diretamente, as idéias de Marx e Dürkheim acerca do conceito de Divisão do Trabalho, devemos ressaltar que este trabalho não busca esgotar completamente a explicação sobre suas teorias. Estaremos abordando aqui os traços mais evidentes das oposições entre os dois teóricos acerca do tema em questão.

Como iniciamos nossa discussão, estabelecendo um mapa geral das abordagens dos dois teóricos, devemos demonstrar inicialmente que o que difere em primeira análise as propostas de Marx e Dürkheim seria uma questão epistemológica. Para Dürkheim, o ponto de partida para a análise sociológica é a própria sociedade, que como demonstramos, modela o comportamento do homem no processo de evolução social. Para Marx, a vida social deve ser compreendida como um processo dialético, resultante da ação do indivíduo sobre a natureza, a partir do momento em que este busca construir as bases materiais de sua existência.

Neste sentido, outra questão fica em evidência: Dürkheim considera que as condutas humanas são determinadas pela sociedade aos indivíduos, Marx, no entanto, nos mostra que a sociedade está dividida em duas esferas: a infra-estrutura e a superestrutura e que é o “modo de produção da vida material que condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”. Portanto, se considerarmos a posição de Marx, quanto ao eixo de compreensão da sociedade, veremos que enquanto para Dürkheim a sociedade se sobrepõe ao indivíduo e lhe impõe suas regras e condutas morais, para este outro, a esfera econômica é básica para a formação da consciência dos indivíduos, já que esta se apresenta sobre a forma da ideologia dominante no modo de produção capitalista, ou seja, a ideologia burguesa. Não estamos, no entanto, sugerindo que o elemento econômico seja determinante da realidade social, mesmo porque Marx e Engels, já haviam esclarecido que “a situação econômica é a base, mas os vários elementos da superestrutura também exercem influência sobre o curso dos acontecimentos”.

No que se refere à divisão do trabalho, Dürkheim considera que a característica fundamental da sociedade moderna é a divisão social do trabalho, porque suas diferentes esferas se diferenciam entre si e se especializam o que concorre para a integração dos indivíduos na sociedade.

Para Dürkheim a existência da divisão social do trabalho determina o grau de coesão entre os indivíduos de uma determinada sociedade. No caso das sociedades tradicionais, como não há uma divisão social do trabalho, os indivíduos estão integrados na

coletividade pela tradição e pelo costume, ou seja, por uma consciência coletiva que indicam suas formas padronizadas de pensamento ou conduta. O tipo de solidariedade apresentado nestas sociedades é a solidariedade mecânica.

A solidariedade orgânica, seria a solidariedade típica da sociedade capitalista moderna. Esta solidariedade decorre da evolução da sociedade, que promove a diferenciação social por meio da divisão do trabalho. Portanto, a função da divisão social do trabalho seria a de criar um sentimento de solidariedade entre os homens. Para Dürkheim, as diferenças sociais criadas pela divisão social do trabalho, unem os indivíduos pela necessidade de troca de serviços e pela sua interdependência: “o ideal de fraternidade humana só pode ser realizado na razão do progresso da divisão do trabalho”.

Esta é uma das diferenças fundamentais entre a teoria marxista e a teoria durkheimiana. Para Marx, as sociedades tradicionais apresentam uma forma de divisão do trabalho, mesmo que baseadas na idade, gênero ou força física. O que diferencia esta forma de divisão natural do trabalho, pela divisão do trabalho no capitalismo é a ausência de um excedente na produção.

Segundo QUINTANEIRO (2002:40):

é o surgimento de um excedente da produção que permite a divisão social do trabalho, assim como a apropriação das condições de produção por parte de alguns membros da comunidade os quais passam, então, a estabelecer algum tipo de direito sobre o produto ou sobre os próprios trabalhadores.

Se para Dürkheim a divisão social do trabalho gera solidariedade, para Marx, a divisão do trabalho, expressa os meios de segmentação da sociedade. Em caráter primeiro, a divisão do trabalho se refere à apropriação dos meios de produção pelo empresário capitalista; em segundo, esta apropriação que distancia o trabalhador dos meios de produção, distancia o trabalhador de si mesmo, provocando neste um estado de alienação. Como vemos, ao se dividir a sociedade entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, as classes sociais que daí surgem, passam a lutar por interesses antagônicos, apesar da interdependência que se estabelecem entre elas.

Para Marx, a sociedade moderna está organizada sobre a produção econômica da mais-valia, ou seja, a exploração da força de trabalho proletária pela classe burguesa. Portanto, o sistema capitalista proporciona à burguesia a difusão de suas ideologias por meio do controle do aparelho do Estado.

Enfim, para Dürkheim a divisão social do trabalho, irá ocupar o lugar da Igreja, do Estado e das demais instituições sociais, na função de integrar o indivíduo ao corpo social, promovendo a coesão na sociedade, levando-a ao progresso. Isto, por meio da especialização de funções que cria uma interdependência entre os indivíduos. Para Marx, a divisão do trabalho, gera uma relação de exploração da classe burguesa sobre o proletariado, promovendo a sua alienação, por meio da propriedade privada dos meios de produção. Neste caso, a alternativa para a classe proletariada será promover uma revolução capaz de solucionar os antagonismos sociais, eliminando a sociedade de classes.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 6ª ed, São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

BRAVEMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. 5ª ed, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. 5ª Ed., Lisboa: Editorial Presença, 2000.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 6ª ed., Petrópolis: Vozes: 1996.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 22ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. (2 volumes)

QUINTANEIRO, Tânia. BARBOSA, Maria Ligia de O. OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Dürkheim e Weber**. 2ª ed. Ver. Amp., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

